

A OSC Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta é uma entidade de cunho ambiental e cultural, sem fins lucrativos que foi fundada em 07 de setembro de 2000, tem sede em Belo Horizonte na região do Barreiro e traz publicidade das atividades desenvolvidas.

QUILOMBOS

O que implica o registro e o reconhecimento de um território



Importante que se esclareça estas informações a todos os membros de uma sociedade quilombola, pois como fica claro no decreto o indivíduo perde seu direito individual sobre a propriedade em prol da coletividade, sendo vetado a comercialização de parte ou totalidade desta área e o seu uso está diretamente vinculado a uma associação e ao estatuto que a rege. O direito à propriedade dentro de uma comunidade quilombola no Brasil é um tema muito relevante e envolve questões tanto históricas quanto jurídicas. O reconhecimento da terra dessas comunidades está relacionado à luta por direitos territoriais e culturais que remontam à resistência dos negros fugitivos durante o período colonial e imperial.

A Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta alerta do perigo do uso eleitoral e político destas associações por parte de parlamentares que, a título de apoio, exercem influência direta sobre os representantes legais apoiando, inclusive de forma financeira, a sua formalização e dando as cartas sobre a gestão da associação e o destino da comunidade, promovendo assim uma nova escravidão só que de forma intelectual frente ao momento histórico que, em muito, fica distante das necessidades sociais da época do império brasileiro.

CONHEÇA OS PARÂMETROS LEGAIS

1. Fundamento Constitucional

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), garante o reconhecimento dos territórios quilombolas, estabelecendo que as terras por eles ocupadas, de forma definitiva, são inalienáveis, imprescritíveis e indomáveis. Isso significa que essas terras são de posse permanente das comunidades quilombolas, e o Estado deve promover sua regularização e garantir sua proteção.

2. Reconhecimento das Terras Quilombolas

O processo de reconhecimento das terras quilombolas envolve um procedimento administrativo, onde é necessário que a comunidade faça o requerimento à Fundação Palmares, que, após análise, faz a declaração de que aquela área é, de fato, um território quilombola. Depois dessa declaração, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é responsável por emitir o título definitivo de posse dessas terras para a comunidade.

3. Direitos sobre a Propriedade

Uma vez reconhecido o território, as comunidades quilombolas têm o direito à posse coletiva da terra, que deve ser gerida de acordo com as normas culturais, sociais e econômicas próprias da comunidade. Isso implica que a terra não pode ser vendida ou transferida a terceiros, pois é considerada um bem coletivo. Além disso, a regularização fundiária das terras quilombolas é essencial para garantir a preservação da identidade e dos modos de vida dessas comunidades.

4. Desafios

Apesar do marco legal estabelecido, as comunidades quilombolas enfrentam vários desafios, como disputas territoriais com grandes proprietários de terras, invasões e processos de grilagem. Isso ocorre especialmente em áreas de grande valor econômico, como em regiões de mineração, agricultura ou turismo. O Estado tem a obrigação de proteger esses territórios, mas na prática, a implementação desses direitos muitas vezes esbarra em conflitos e na falta de uma estrutura pública eficiente para garantir a segurança e a posse das terras.

5. Reconhecimento Cultural e Identitário

O direito à propriedade dentro de uma comunidade

de quilombola vai além do aspecto material da terra; ele também é essencial para a preservação da identidade cultural, histórica e social da comunidade. A terra quilombola é vista como um espaço de resistência, memória e continuidade da cultura afro-brasileira, ligada a práticas tradicionais de cultivo, religiosidade, música, dança e outras manifestações culturais.

Em resumo, o direito à propriedade em uma comunidade quilombola não se restringe ao simples domínio da terra, mas envolve uma série de direitos culturais, sociais e ambientais que são fundamentais para a preservação e o fortalecimento dessas comunidades no Brasil. A comunidade deve ser bem informada sobre todos aspectos da sua regularização e da demarcação de seu território e as implicações que devem reger a vida na sociedade quilombola regularmente certificada.

ENTENDA O QUE É E COMO FUNCIONA UMA ASSOCIAÇÃO

Uma associação é formada por no mínimo 12 membros que ocupam cargos a saber: Presidente; Vice-presidente; Diretor Financeiro; Secretário; Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes, podendo variar a nomenclatura dos cargos. Após definido as funções e pessoas que as ocuparão e o local de sua sede, é redigido uma ata que é registrada em cartório, tomando esta associação, representantes de direito de uma comunidade. É realizada uma assembleia geral convocando todos os membros da comunidade para organizar o seu estatuto, lei máxima que determina como funciona e para que funciona essa associação. Observa-se que esse registro em cartório e demais órgãos oficiais como prefeitura, estado, união e outros, exige o pagamento de taxas e despesas públicas. A comunidade deve ter o direito de associar-se e é somente a associação que deve rigorosamente atender aos seus anseios coletivos, sendo vetada a distribuição de recursos e pagamentos sem a sua devida autorização.

E MAIS



ACONTECEU
– Caminhada ecológica do Dia Mundial da Água
PÁG. 2



OPINIÃO:
Articulação urbana para a sustentabilidade
PÁG. 5



OPINIÃO:
Pequenas Centrais Hidrelétricas
PÁG. 6



LANÇAMENTO do cartaz da Campanha de prevenção aos incêndios florestais com SAULO LARANJEIRA **PÁG. 8**



ZELADORIA DO PLANETA

MEIO AMBIENTE E CULTURA



CAMINHADA ECOLÓGICA EM COMEMORAÇÃO AO DIA MUNDIAL DA ÁGUA

Educação Ambiental Vivenciada através do esporte

A Zeladoria do Planeta realizou, no dia 31/03/2025, no Parque Estadual da Serra do Rola Moça em Belo Horizonte, a tradicional CORRIDA & CAMINHADA DO DIA MUNDIAL DA ÁGUA, promovendo o encerramento das comemorações deste importante recurso natural que garante a viabilidade da vida no planeta terra. Neste ano evento foi marcado pelo lançamento oficial da campanha de prevenção contra incêndios florestais de 2025, com o tema da campanha NÃO DEIXE O FOGO APAGAR A VIDA estampado nas camisas dos participantes, bem como as comemorações dos 25 anos de fundação da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta.

O evento contou com a adesão de cerca de aproximadamente 700 (setecentos) inscritos, de toda faixa etária, jovens, adultos, crianças acompanhadas dos responsáveis e teve sorteio de brindes, mesa de frutas, sucos, água em pontos de hidratação, e um delicioso café da manhã com bolo e biscoitos, com apoio da Coca Cola Femsa do Brasil, Posto Chefão, Setegusa, Adac, Aliança LGTTQI+, Neide Souza Advocacia & consultoria, Ducal e Depósito Pedrão.

Neste ano, ainda realizamos a descarbonização do evento com plantio de 60 (sessenta) mudas de espécie nativa, pelas fotos podemos notar a alegria dos participantes em contato com o meio natural.

A tradicional caminhada e corrida do Dia mundial da água é um evento que EVIDENCIA A CONECTIVIDADE entre a ZELADORIA DO PLANETA, representante legítima da sociedade civil, e a própria sociedade.

Confira as fotos no site:

www.zeladoriadoplaneta.com.br





Todas as nossas ações durante o ano são calculadas e descarbonizadas, através de plantio de mudas de espécies nativas. Zeladoria do Planeta, a OSC do povo de Minas Gerais. Junte-se a nós, filie-se: www.zeladoriadoplaneta.com.br

EXPEDIENTE

GAZETA PLANETA

Uma publicação da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta - OSC.

Jornalista Responsável:
Fernando Benicio – MG0699JP
Periodicidade: Mensal
Diagramação: Zeladoria do Planeta – FB

Matéria Paga: As opiniões e informações são de responsabilidade dos Anunciantes.

E-mail: zeladoriadoplaneta2019@gmail.com
Site: www.zeladoriadoplaneta.com.br
Matriz: Belo Horizonte
Filiais: Mariana e Ouro Preto



ZELADORIA DO PLANETA

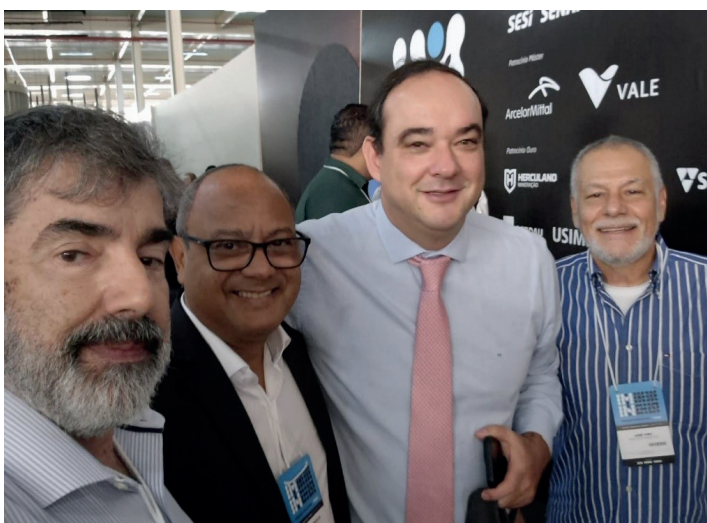
MEIO AMBIENTE E CULTURA



ACONTECEU

IMERSÃO NA INDÚSTRIA

A Zeladoria do Planeta esteve presente na Imersão Indústria, realizada pela FIEMG nos dias 04 e 05 de abril. O evento teve como objetivo reunir grandes especialistas do ecossistema industrial em palestras, capacitações e debates sobre temas estratégicos, como: direito empresarial, meio ambiente, economia, política, energia e desenvolvimento industrial. Além disso, a Imersão promoveu reflexões sobre a importância do setor produtivo para a sociedade e a sua capacidade de promover mudanças sociais efetivas.



21º SEMINÁRIO INTERNACIONAL

A Zeladoria do Planeta esteve presente no 21º Seminário Internacional, realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais, no dia 03/07/2025. Especialistas debateram sobre os eventos climáticos extremos e abordaram a temática das inundações, do solo, da economia circular e dos desafios do Ministério Público em relação às mudanças climáticas. O evento contou com a presença da Secretária Estadual de Meio Ambiente, Marília Melo.



REUNIÃO EMATER



Associação Zeladoria do Planeta, em reunião com a EMATER, Sr. Vitório Alves Freitas – Diretor de infraestrutura para desenvolvimento de ações conjuntas em prol do meio ambiente e em especial ao Vale do Jequitinhonha.

VISITA MARIA ELVIRA



Fernando Benício, CEO da Zeladoria do Planeta, visita Maria Elvira na Casa dos Anjos, região da Pampulha, ocasião em que realizou o convite prontamente aceito para presidência honorária do conselho consultivo de administração da Zeladoria do Planeta.

ARTIGO | Por: Sergio Myssior - arquiteto e urbanista, mestre em ambiente construído e patrimônio sustentável, diretor do Grupo MYR e professor da Fundação Dom Cabral. Email: sergio@grupomyr.com.br

ARTICULAÇÃO URBANA PARA A SUSTENTABILIDADE

As cidades abrigam mais da metade da população mundial. E no Brasil mais de 85% das pessoas vivem nas cidades. Atualmente, as cidades são responsáveis por 75% do consumo de energia primária global e respondem por 50% das emissões globais de gases de efeito estufa - GEE (ONU, 2023).

Os municípios brasileiros são fortemente afetados por um crescimento desordenado e por deficiências históricas, resultando no aumento das desigualdades sociais e territoriais, além do impacto no acesso da população às necessidades básicas de saúde, educação, mobilidade, segurança, lazer e meio ambiente, dentre outros. Essas questões decorrem da fragilidade no planejamento e na gestão urbana, assim como na carência de recursos e instrumentos para o enfrentamento dos diversos desafios. A esses desafios se soma o aumento da vulnerabilidade às mudanças climáticas, cujos eventos extremos e frequentes determinam impactos crescentes, como

deslizamentos de terra, inundações, vetores de doenças, impactos na dinâmica econômica, prejuízos na infraestrutura, ilhas de calor e perdas de vidas.

Pensar as cidades de forma integrada, articulando as políticas públicas e os investimentos privados que incidem sobre o território, em busca do desenvolvimento urbano sustentável: esta orientação será estratégica no contexto contemporâneo.

A falta de integração entre os vários setores que compõem a cidade contribui para evidenciar os efeitos das desigualdades. Para mitigá-los, reforçamos que é necessário mudar o paradigma do desenvolvimento urbano, aguçando a incrível capacidade de transformação das cidades por meio de novos instrumentos e orientações.

O planejamento urbano e a gestão pública desempenham um papel central para o desenvolvimento sustentável. Diante desse cenário, instrumentos urbanísticos, ambientais, sociais, eco-

nômicos e culturais podem contribuir para ampliar investimentos, gerar receitas, racionalizar despesas, melhorar o acesso aos serviços e incrementar o engajamento cidadão. A valorização urbana é gerada por ações públicas, coletivas e privadas, articuladas e integradas. Neste sentido, destacamos alguns focos estratégicos:

- Institucionalização de uma agenda estratégica e transversal para orientar ações intersetoriais: foco no desenvolvimento sustentável e integrado;
- Introduzir a infraestrutura verde e as soluções baseadas na natureza (SbN): foco na adaptação do tecido urbano;
- Investir em infraestrutura e serviços essenciais nas áreas com maior fragilidade social e urbana: foco nas periferias;
- Promover processos participativos e colaborativos com as partes interessadas: foco na co-criação para construir soluções;
- Soluções tecnológicas para po-



tencializar o enfrentamento dos desafios urbanos: foco no empreendedorismo e inovação;

- Atração de investimentos e empregos: foco na economia verde, limpa e sustentável.

— EM DESTAQUE —



A Zeladoria do Planeta teve a honra de receber em sua nova sede no Barreiro, as ilustres visitas de Toninho Horta, músico do Clube da Esquina, de José Rabello da Lwoist e Leo Campos do Instituto Dirce Figueiredo.

PRÊMIO GESTÃO AMBIENTAL / 2025

A gestão ambiental abrange uma ampla gama de áreas, incluindo a gestão de resíduos, o controle da poluição, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, e a promoção de energias renováveis. Além disso, ela também envolve o cumprimento de legislações ambientais e o engajamento da sociedade, dos governos e das empresas na adoção de práticas mais ecológicas. Nos últimos anos, a crescente preocupação com as mudanças climáticas, a degradação dos ecossistemas e a escassez de recursos naturais tem impulsionado a importância da gestão ambiental. Por isso, Organizações e países em todo o mundo têm adotado estratégias para reduzir sua pegada ecológica, integrar práticas de economia circular e promover a conscientização sobre a preservação do planeta. A gestão ambiental, portanto, é fundamental para garantir que as gerações futuras possam usufruir de um ambiente saudável e equilibrado. Assim o Prêmio Gestão Ambiental 2025 é uma iniciativa da Zeladoria do Planeta que tem como foco principal dar visibilidade aos principais e mais importantes projetos e ações ambientais e sociais para que sirvam de exemplo e sejam replicados em todo Brasil possibilitando a construção de um mundo melhor.

Tendo em face o reconhecimento da sociedade civil às ações e projetos que servem de exemplo para nossa sociedade, esta ação se torna um destaque que eleva a empresa a um novo patamar. Por isso, participar do PGA é agregar valor ao ESG reafirmando as ações positivas de responsabilidade ambiental e social dos participantes.

Concorrer ao destaque do ano do Prêmio Gestão Ambiental traz uma série de benefícios tanto para a organização quanto para o meio ambiente. Aqui estão algumas razões pelas quais a empresa deve refletir e participar da iniciativa:

1. RECONHECIMENTO: Ganhar um prêmio de gestão ambiental é um reconhecimento público

do compromisso da organização com a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente. Isso pode aumentar a reputação da empresa e melhorar sua imagem perante clientes, investidores e comunidade.

2. MOTIVAÇÃO E ENGAJAMENTO: Participar de concursos de gestão ambiental pode motivar os funcionários a se envolverem mais ativamente em práticas sustentáveis e inovação ambiental. Isso pode levar a uma cultura organizacional mais focada na responsabilidade ambiental.

3. MELHORIA CONTÍNUA: O processo de concorrer a um prêmio de gestão ambiental muitas vezes envolve uma avaliação detalhada das práticas e políticas ambientais da organização. Isso pode identificar áreas de melhoria e oportunidades para aprimorar as práticas ambientais.

4. DIFERENCIAÇÃO COMPETITIVA: Em um mercado cada vez mais consciente do meio ambiente, ter um prêmio de gestão ambiental pode diferenciar a organização de seus concorrentes. Isso pode ser um fator importante na tomada de decisão dos clientes que valorizam a sustentabilidade.

5. IMPACTO POSITIVO: Ao implementar práticas ambientais eficazes e concorrer a prêmios de gestão ambiental, as empresas podem contribuir significativamente para a redução da pegada ecológica e a conservação dos recursos naturais, promovendo assim um impacto positivo no meio ambiente.



ARTIGO | Por: Antônio Harley Anselmo*

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS: ENERGIA RENOVÁVEL, SUSTENTÁVEL E DE RELEVÂNCIA SOCIAL

As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) são cada vez mais relevantes no panorama energético mundial, apresentando-se como uma opção sustentável e eficaz em relação à produção de energia renovável e flexível. Com potência instalada até 30 MW, essas hidrelétricas se apresentam como uma alternativa para a utilização do potencial hídrico de rios de menor porte, colaborando para uma matriz energética mais diversificada e menos dependente de fontes fósseis. O presente artigo analisa os benefícios, os impactos e as estratégias de mitigação, além de ressaltar a relevância social das PCHs, enfatizando sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Uma das principais vantagens das PCHs é sua redução da pegada ecológica em relação às grandes usinas hidrelétricas. Por utilizarem quedas d'água menores, elas reduzem a necessidade de grandes reservatórios, minimizando a destruição de ecossistemas, resultando em uma redução considerável dos impactos ambientais associados à submersão de áreas florestais e ao deslocamento de comunidades. Essa particularidade tornam as PCHs uma alternativa mais ecologicamente correta, ao preservar a biodiversidade e os ecossistemas aquáticos.

Ademais, as PCHs promovem o crescimento econômico da região. A construção e a operação dessas usinas promovem a criação de postos de trabalho diretos e indiretos, favorecendo a qualificação da força de trabalho da região. Essas ocupações abrangem não somente operários da construção civil, mas também especialistas responsáveis pela operação e manutenção das usinas. O acesso à energia gerada tem a capacidade de impulsionar o desenvolvimento de empreendimentos locais, incluindo agroindústrias e pequenas empresas, elevando a produção e aprimorando a qualidade de vida nas comunidades.

A diversificação da matriz energética constitui um aspecto relevante das PCHs. Em uma realidade que procura diminuir a dependência de combustíveis fósseis e atenuar as emissões de carbono, e ainda com o crescimento das fontes renováveis intermitentes, eólica e fotovoltaica, na matriz energética, essas usinas proporcionam uma alternativa limpa, sustentável, flexível e resiliente para a geração de eletricidade. A energia hidrelétrica constitui uma fonte renovável que, se administrada adequadamente, pode assegurar um fornecimento contínuo e estável de eletricidade, fundamental para satisfazer a demanda.

Mesmo com todos estes benefícios, as PCHs igualmente acarretam impactos ambientais que demandam uma avaliação criteriosa. A alteração do curso natural dos rios pode impactar os ecossistemas aquáticos, modificando os habitats de peixes e de outras espécies. Para atenuar tais impactos, torna-se imprescindível estabelecer estratégias de manejo ambiental eficientes. Isso abrange estudo da ictiofauna, bem como a supervisão constante da qualidade da água e da fauna da região.



Ademais, o planejamento antecipado da localização das PCHs deve considerar as particularidades ambientais da área. A execução de avaliações de impacto ambiental (AIA) é fundamental para reconhecer possíveis repercussões e elaborar estratégias que mitiguem danos. Isso também requer a inclusão das comunidades no processo decisório, assegurando que suas inquietações e conhecimentos regionais sejam considerados.

A gestão apropriada dos resíduos ao longo da construção e da operação das PCHs constitui uma questão relevante. É fundamental assegurar a ausência de contaminação nos corpos hídricos e que os resíduos produzidos sejam tratados de forma adequada. A priorização da adoção de práticas de reciclagem e da diminuição do emprego de materiais não sustentáveis é imprescindível.

As PCHs exercem uma influência social relevante, especialmente em áreas isoladas e rurais. A eletrificação possibilitada por essas usinas é fundamental para o progresso da infraestrutura básica, incluindo escolas, hospitais e estradas, colaborando para aprimorar a qualidade de vida das comunidades. A obtenção de energia elétrica propicia a utilização de tecnologias capazes de



otimizar a produtividade agrícola e criar novas possibilidades de empreendimentos.

Ademais, as PCHs favorecem a inclusão social ao assegurar que comunidades, que historicamente foram marginalizadas no processo de desenvolvimento, tenham acesso a recursos energéticos. A referida inclusão é essencial para diminuir as disparidades sociais e assegurar oportunidades equitativas a todos, possibilitando que as comunidades se integrem de maneira mais completa à economia contemporânea.

A execução de iniciativas sociais vinculadas a PCHs pode igualmente conferir valor agregado. Iniciativas de formação para a comunidade local, que abordem a eficiência energética e a utilização sustentável da água, podem favorecer o desenvolvimento de uma cultura de preservação e responsabilidade ambiental.

Em síntese, as Pequenas Centrais Hidrelétricas se destacam como uma opção sustentável para a produção de energia, apresentando uma variedade de vantagens ambientais, econômicas e sociais. Apesar de ocasionarem determinados impactos, é viável atenuá-los por meio de um planejamento apropriado e ações responsáveis. A relevância social dessas usinas é inegável, especialmente em ambientes onde a eletricidade continua a ser um recurso limitado. Para que as PCHs desempenhem sua função no desenvolvimento sustentável, é indispensável que sejam administradas com uma perspectiva integrada, que valorize tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais.



Antônio Harley Anselmo

(*) **ANTÔNIO HARLEY ANSELMO:** Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia Kennedy, Mestre em Engenharia Hidráulica pela UNIFEI, Especialista em energias renováveis pela UFMG, MBA Executivo pela FDC, Formação como Conselheiro pela FDC, Transformacional Leadership Program pelo MIT (EUA) e Energy and the Earth Program pela University of Wisconsin (EUA). Atuou cerca de 30 anos no setor privado em multinacionais brasileiras como Andrade Gutierrez e Vale. Desenvolveu, implantou e operou 13.360 Mw em usinas hidrelétricas no Brasil, Canadá, Colômbia, Indonésia e Libéria. Desenvolveu projeto eólico com capacidade de 124 Mw no Brasil. Atualmente Diretor da AHRPI Consultoria atuando no desenvolvimento de projetos de energias renováveis como um projeto fotovoltaico com capacidade de 600 Mw em Minas Gerais. Palestrante. Pesquisador sobre Usinas Hidrelétricas Reversíveis. Autor artigos sobre transição energética, armazenamento de energia e hidrelétricas reversíveis. Fellow Member da IHA – International Hydropower Association.



ZELADORIA DO PLANETA

MEIO AMBIENTE E CULTURA

ACONTECEU

ALAGRO SUMMIT



Aconteceu em Belo Horizonte nesta terça-feira dia 25, numa iniciativa da Academia Latino-Americana do Agronegócio.

Entre os temas de destaque, a aliança global contra a fome, a transição da matriz energética, a segurança alimentar, mineral e jurídica, os verdadeiros e modernos cavaleiros do apocalipse da atualidade.

A Academia Latino Americana do Agronegócio – Alagro, que tem como presidente Manoel Mário de Souza Barros, foi criada pelo ex-ministro da agricultura e potencializador da Embrapa, um dos artífices e responsáveis pelo Brasil ser a maior potência agrícola do planeta, pai da agricultura tropical mundial, engenheiro agrônomo e professor Alysson Paolinelli.



Enio Fonseca, Conselheiro da Zeladoria do Planeta, Diretor de Responsabilidade Social e Ambiental da Alagro e Diretor de Meio Ambiente e Relações institucionais da Sam Metais participou do evento.

O evento contou com mais de 350 participantes do Brasil e da América Latina.

Outra notícia que mereceu destaque foi o relançamento da patrulha rural da PMMG, com novas viaturas, equipamentos com tecnologia de ponta para o

monitoramento e ampliação da segurança, levando tranquilidade para quem produz e trabalha no campo. Foram 35 painelistas com temas ligados ao agronegócio brasileiro e latino-americano, transição energética, mineração, segurança jurídica e sustentabilidade.

Sou Cidadão!
Não jogo lixo no chão.



**NÃO DEIXE
O FOGO
APAGAR
A VIDA**

**Adquira sua
camisa da
campanha!**

Adquira pelo número:
(31) 99235-4185

zeladoriadoplaneta.com.br





NÃO DEIXE O FOGO APAGAR A VIDA

**DENUNCIE CRIMES
AMBIENTAIS LIGUE:**

193



190

**POLÍCIA
MILITAR**
DE MINAS GERAIS

0800-061-8080



(31) 98520-1211



COM RESPONSABILIDADE AMBIENTAL:



Seja nosso parceiro! Junte-se a nós! Inclua sua logomarca nessa importante campanha.